

# ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS INSTITUIÇÕES COMPONENTES DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA PISCICULTURA NO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Resultado de investigação finalizada

GT 27 – Sociologia Econômica

TAINÁ TURRI

## Resumo

Este artigo analisa o papel do ambiente institucional e o papel desempenhado pelas instituições componentes do Arranjo Produtivo Local na região do COREDE Jacuí-Centro, no Rio Grande do Sul - Brasil, mais particularmente das ações ocorridas no município de Restinga Sêca. Para tanto, baseada na chamada Nova Sociologia Econômica (Mark Granovetter) e na Teoria da Estruturação (Anthony Giddens) tenta-se compreender sociologicamente o APL da Piscicultura. Explora-se a definição do APL enquanto política pública. No presente texto, o Arranjo Produtivo Local foi descrito e analisado a partir do entendimento (razões, interesses e projetos) de cada organização formal envolvidas no Arranjo Produtivo Local. Os resultados da análise apontaram um Arranjo Produtivo Local com grandes dificuldades para ser executado.

**Palavras chaves:** Arranjo Produtivo Local, Piscicultura, Política Pública.

## 1. Introdução

Este artigo<sup>1</sup> faz uma breve análise do conjunto de instituições que formaram o ambiente institucional que abrigou o Arranjo Produtivo Local (APL) da Piscicultura da região do COREDE<sup>2</sup> Jacuí-Centro, especialmente o município de Restinga Sêca. Neste trabalho analisaram-se as instituições participantes do APL da Piscicultura (OSCI<sup>3</sup> ADESUL<sup>4</sup>, COREDE Jacuí-Centro –, EMATER<sup>5</sup>, Universidades – Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Luterana do Brasil – campus Cachoeira do Sul, e a Prefeitura de Restinga Sêca que foi o município escolhido para análise desta pesquisa entre os sete municípios integrantes do COREDE Jacuí-Centro, que são: Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novos Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul).

A partir dessa análise, compreendida pela ótica da sociologia econômica, que postula o evento econômico como socialmente constituído, focou-se a atenção analítica sobre o conjunto difuso de interesses e práticas das instituições componentes do APL da piscicultura.

## 2. Arranjo produtivo local - a nova sociologia econômica e a teoria da estruturação

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi baseada na dissertação de mestrado “Análise sociológica das instituições componentes do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no Município de Restinga Sêca no Estado do Rio Grande do Sul” de minha autoria, que teve como objeto de pesquisa o APL em questão.

<sup>2</sup> Conselho Regional de Desenvolvimento.

<sup>3</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

<sup>4</sup> Agência Sul-americana de Desenvolvimento.

<sup>5</sup> Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O conceito de Arranjo Produtivo Local (APL), na literatura brasileira, é caracterizado como uma política pública que visa ao desenvolvimento de atividades econômicas diversas, estruturando conjuntos de empresas e instituições interdependentes e com potencial para cooperação, fazendo que atores econômicos obtenham a capacitação e o desenvolvimento para consolidarem e expandirem suas atividades sobre novos mercados, gerando os bons efeitos sociais e econômicos. Um APL pode aglutinar esforços em todos os níveis de poder político (federal, estadual e municipal), além de reunir aparatos de instituições com recursos variados para a consecução dos objetivos do projeto. As ações de funcionamento de um APL iniciam com o estudo dos estágios intermediários de apreensão de demandas, conhecimento das particularidades locais até o estágio efetivo da implementação de ações que beneficiem indivíduos, empresas e atividades no plano local, fazendo assim, o funcionamento de um APL.

O APL analisado para esta pesquisa intitula-se “*Implantação do Arranjo Produtivo de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro do Estado do Rio Grande do Sul*”, que tinha como objetivo, a partir do contexto do desenvolvimento regional da região especificada para um APL de piscicultura, gerar trabalho e renda nos municípios da região. Tornou-se necessário um agrupamento de instituições públicas e privadas, além dos próprios pequenos produtores em vias de se tornarem também piscicultores, para prover as condições necessárias capazes de gerar os resultados esperados para a organização da produção, seu desenvolvimento técnico e gerencial, sob bases cooperativas eficientes para, ao final, propiciar a colocação de um produto competitivo no mercado – função principal desse APL.

Os municípios beneficiados com o APL apresentam os típicos problemas deste território: pequenas propriedades familiares inviabilizadas, em dificuldades financeiras, baixa diversificação de atividades no meio rural e forte necessidade de alternativas para a geração de trabalho e renda.

Entende-se a necessidade dentro dos estudos sociológicos, de compreender a competência dos agentes sociais para agir com eficiência e produtividade como são requeridos em um ambiente de competitividade onde estas políticas públicas são inseridas. Os piscicultores são interligados para a conexão com as instituições através de níveis de interação com a realidade, como é a que se verifica com o intercâmbio com os demais parceiros institucionais.

O desafio inicial do APL era iniciar uma produção de peixe em escala regular a partir das expectativas de consumo com um padrão de qualidade pré-estabelecido (esses dados foram pesquisados brevemente pela ADESUL para o planejamento do APL). Entretanto, a chance de êxito na criação de peixes na metade Sul requer a constituição de um arranjo complexo de instituições inter-relacionadas que articule desde as instituições ligadas à pesquisa e ao planejamento, passando pela produção, até os estímulos mais apropriados ao mercado, com pretensões de que sejam geradas vantagens para todos os integrantes da cadeia.

Sobre a tese da imbricação social, o APL pode ser visualizado também como uma rede. Para funcionar, esta Política Pública precisa de um encaixe mútuo entre seus participantes. É uma grande teia, onde cada integrante tem um papel a cumprir.

No momento em que um estágio desta teia não funciona – esta rede deixa de funcionar.

Para Mark Granovetter (1994, p. 91, *apud* RAUD-MATTEDI, 2003, p. 68), as instituições econômicas estáveis começam por se desenvolver na base de modelos de atividade construídos ao redor de redes pessoais. Sua estrutura reflete a das redes em questão. Ainda para o autor, as instituições são conjuntos mais complexos de ações individuais que remetem frequentemente a ideia de que é assim que as coisas devem ser feitas. Na noção de instituição estão embutidas as dimensões de regularidade e de normatividade, sem que fique muito claro, no entanto, se a normatividade é de ordem moral ou técnica.

Além disso, as instituições são formadas da agregação de ações individuais – são construções sociais. As formas das instituições que compõem o APL da Piscicultura são também fortemente condicionadas pelo conteúdo e pela estrutura das relações sociais nas quais a ação econômica está imbricada, ou seja, novamente, pela configuração das redes sociais.

O pequeno produtor inserido (e integrante fundamental do APL) precisa confiar em todas as escalas da política pública para entrar com a sua renda e a sua propriedade em um projeto com dimensões de melhorar sua qualidade de vida. É assim vice-versa. A OSCIP precisa que o Governo Federal libere o dinheiro para a política pública, e posteriormente, necessitará da aprovação do COREDE.

Por isto, Granovetter destaca o papel fundamental da confiança para esta rede de imbricação estrutural funcionar (são as relações mais afastadas que põem o indivíduo em contato com universos sociais distintos). Argumenta que as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais (GRANOVETTER, 1985, *apud* RAUD-MATTEDI, p. 66, 2003).

A análise desta rede do APL, levando em conta estas interações concretas entre indivíduos e grupos, pode trazer respostas alternativas a uma série de problemas-chave na teoria econômica. Esta rede social deveria facilitar a circulação de informações e assegurar a confiança ao limitar comportamentos oportunistas; o que não ocorreu no APL da Piscicultura.

Assim, criou-se para a execução do APL da Piscicultura (mais no planejamento do que na prática), uma base institucional que agregou as instituições como a EMATER (na função de apoio técnico). Compõem, além disso, nessa estrutura as instituições de ensino superior (UFMS – *Universidade Federal de Santa Maria* - e ULBRA – *Universidade Luterana do Brasil*) responsáveis no planejamento do APL, pela pesquisa e desenvolvimento, aprimoramento da criação e da carne de peixe, na criação de mecanismos de incremento do consumo, inserção no mercado externo, planejamento de marketing e gestão do negócio; de forma a garantir a competitividade do produto e sustentabilidade do empreendimento. O COREDE e também as Prefeituras integrantes do COREDE Jacuí-Centro, fazem parte desse arranjo técnico do APL da Piscicultura.

A operação do APL pretendia a integração de toda a cadeia institucional incluída no APL da Piscicultura: a produção, a transformação, a comercialização, a pesquisa e o desenvolvimento, contando-se que cooperassem os produtores, os parceiros e as cooperativas que foram inseridos e criados para o planejamento do APL. O Estado poderia atuar em vários níveis, seja na coordenação e na promoção de iniciativas sociais e empresariais, como a definição de implemento de linhas de crédito, como na concepção e implantação de programas de desenvolvimento mais contextualizados e, particularmente, nos municípios implicados, na operacionalização das compras públicas do peixe produzido para serem utilizados na merenda escolar desses municípios – por isso seu papel é fundamental (esse foi um dos principais focos no planejamento do APL, pois esse fato poderia concretizar a venda efetiva do peixe produzido pelo APL).

A abordagem da Nova Sociologia Econômica, da Teoria de Mark Granovetter (1990) permite a análise do APL da piscicultura para além de sua constituição econômica, mais precisamente das dimensões sociais formativas diversas e difusas.

A Nova Sociologia Econômica empenha-se em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência das relações sociais nos resultados econômicos. Os enfoques são diversos e dentre eles destaca-se a “estrutura do mercado”, visto como constituído de redes interpessoais.

O mercado é o resultado não harmonioso de constantes lutas. São essencialmente as relações pessoais, diretas ou indiretas, que permitem assegurar a confiança e evitar o oportunismo no mercado, sem que haja necessidade de uma coerção política externa.

Em sua análise dos grupos econômicos, Granovetter considera o papel do Estado fundamental (RAUD-MATTEDI, p. 72, 2003). As regras administrativas e jurídicas influenciam obviamente a

estrutura dos grupos econômicos, no que diz respeito à propriedade, as formas de autoridade e as relações com as instituições financeiras (no caso do APL, o Governo Federal como instituição financeira).

O Estado aparece, portanto, como um ator fundamental na regulação econômica (além de provedor financeiro, no caso de políticas públicas), cujo papel não consiste em apenas fazer respeitar as regras do jogo, estabelecido por e para os mais fortes – mas também inserir-se em todas as etapas, desde o planejamento até a conclusão da política pública (como forma também de verificação sobre como os recursos públicos foram administrados).

Granovetter afirma proposições que orientam a sua reflexão: a ação econômica é socialmente situada e as instituições econômicas são entendidas como construções sociais.

O ponto de partida da Sociologia Econômica é a ação econômica definida em termos de escolha entre meios raros ou como sendo orientada para a satisfação de necessidades definidas pelos indivíduos em situação de escassez (GRANOVETTER, 2000). Afirmar isso significa que, para Granovetter, os atores perseguem também objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o *status* e o poder. Além disso, o problema da economia neoclássica para Granovetter reside menos numa psicologia ingênua do que no esquecimento das estruturas sociais (além da desconsideração em relação a todos os outros fatores além-econômicos), ou seja, afirmar que a ação econômica é socialmente situada significa que os indivíduos não agem de maneira autônoma<sup>6</sup>, mas que suas ações estão imbricadas em sistemas concretos, contínuos, de relações sociais, ou seja, em redes sociais: é a tese da imbricação social das ações econômicas de Granovetter.

A lógica de concepção e funcionamento do APL é ilustrativa desta realidade do econômico profundamente envolvido e orientado por processos e razões não econômicas. O centro articulador das operações do APL, que fazem a ponte entre a política pública emanada de Brasília e as ações concretas dirigidas ao piscicultor, a saber, o COREDE Jacuí-Centro é uma entidade mais política e devotada aos problemas sociais de toda ordem do que propriamente uma entidade de natureza e operacionalidade econômica.

A forma assumida pelas instituições é fortemente condicionada pelo conteúdo e pela estrutura das relações sociais nas quais a ação econômica está imbricada, ou seja, pela configuração das redes sociais. Granovetter afirma que, muitas vezes, as atividades econômicas nos países em desenvolvimento encontram-se freadas pela falta de confiança existente na sociedade. A confiança enraíza-se nas redes de relações interpessoais, assim sendo, a falta de confiança freia o desenvolvimento. O autor dá um exemplo, de um mesmo país, ou numa mesma região, diversos grupos sociais terão resultados econômicos diferenciados dependendo de sua estrutura social e a forma assumida pelas empresas dependerá também desta mesma estrutura social, o que implica na dependência das redes sociais (GRANOVETTER, 1994, *apud* RAUD-MATTEDI, p. 69, 2003). Nesse nível, a confiança é considerada como um elemento estruturante da relação entre as macroinstituições, como é o caso dos parceiros institucionais envolvidos no APL da piscicultura de Restinga Sêca.

A influência dos valores culturais é extremamente fundamental e não aparece na análise de Granovetter. As interações existentes entre a atividade econômica e o contexto jurídico e político-institucional, também não foi trabalhada pelo autor.

Mas é importante lembrar que sua análise sociológica dos fenômenos econômicos, como rede, imbricação ou grupo econômico, é um marco – justamente por entender estes fenômenos que além de econômicos, são sociais.

---

<sup>6</sup> A estrutura não afeta o indivíduo na formação de suas vontades e planos de ação. A estrutura, por sua vez, seria moldada pelos poderes inequívocos do indivíduo (GIDDENS, 2009).

A base da teoria de Anthony Giddens está na produção e na reprodução da sociedade. Os indivíduos são os atores institucionais, os organismos parceiros que, a partir dos estímulos da coordenação COREDE Jacuí-Centro, operam segundo os objetivos do arranjo produtivo. A escolha por conjugar as proposições de Giddens com os postulados teóricos de Granovetter está em que a teoria de Giddens preocupa-se e articula mais a relação entre micro e macro estruturas da perspectiva da reprodução de uma ordem econômica, social e política em conformidade com certos aspectos do APL, especificamente, no foco de Giddens com a reprodução do sistema.

Em um nível analítico do APL, estima-se o quanto e de que maneira as relações sociais sustentadoras do APL da piscicultura conectam-se com os sistemas sociais no espaço e tempo; também que elementos normativos e alocativos são articulados no APL da piscicultura em uma conexão de elementos de sociabilidade e econômicos. As práticas econômicas e sociais do APL estruturam-se como rotinas que se conectam com o macro mundo. Em outro nível analítico — o que trata da inserção dos parceiros institucionais (EMATER, Universidades, Prefeituras, dentre outras) —, verifica-se um elo com o sistema. Não é mais o indivíduo piscicultor que age com base em suas boas razões, mas instituições, com funções particulares (prover recursos no campo da gestão da pequena empresa; transferir tecnologia para o pequeno piscicultor; dar o apoio político no âmbito das compras públicas no sentido de viabilizar um mercado seguro e mínimo), que se articula em níveis maiores de eficiência técnica, política e de gestão, passíveis de gerar ganhos maiores ou menores para o pequeno piscicultor.

A racionalidade do pequeno piscicultor é indicativa de seu ajustamento a uma ordem de realidade difusa que é o APL da piscicultura e materializa-se em práticas e rotinas que se constituem em sinalizações e disposições para interagir com os parceiros institucionais do arranjo produtivo. Os parceiros institucionais, por seu turno, deparam-se, na perspectiva da função e eficiência típicas, com este piscicultor e a sua racionalidade sobre o seu negócio (aqui, incluído o negócio Piscicultura, podendo ser assim caracterizado).

O tópico do poder constitui-se em um aspecto particular quando se pensa a realidade social complexa que permeia o APL da piscicultura. No contexto dos parceiros institucionais, o fenômeno do poder ocorre pelas características intrínsecas de cada entidade, de sua funcionalidade e das vantagens operacionais dadas e suas vinculações com outras esferas de poder. Pode-se chegar a aferir uma hierarquia entre as entidades pelo predomínio de algumas delas sobre as outras de um ponto de vista político (maior grau de articulação).

A desarticulação dos piscicultores é verificada pela ausência de organismos representativos e ativos no encaminhamento das demandas e das soluções do setor. O indivíduo piscicultor, ademais, manifesta suas porções de poder nas injunções da vida cotidiana, seja no plano estrito do APL, seja no âmbito de sua família e de sua comunidade. Sua interação com os parceiros institucionais não ilustra capacidades maiores de produzir resultados conforme lhe é conveniente.

### **3. Arranjo produtivo local da piscicultura do corede jacuí-centro**

A data da proposta do APL remonta a junho de 2007. A proponente foi a Agência de Desenvolvimento de São Sepé (primeiro nome da ADESUL, que, hoje, é Agência Sul-americana de Desenvolvimento, uma OSCIP), enquanto que o COREDE consta no projeto como entidade interveniente, sendo que o período de duração do APL foi estimado em 24 meses.

O projeto do APL da piscicultura foi organizado e planejado pelo COREDE Jacuí-Centro e a execução ficou a cargo da OSCIP ADESUL. O recurso destinado ao APL veio do Ministério da Integração Nacional, aprovado em duas parcelas de financiamento, perfazendo um total de 500.000 reais.

Os dados técnicos apresentados no projeto inicial do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura são os seguintes: O valor total para o APL ficou orçado em 579.643,38 reais. O valor do financiamento a partir do Ministério da Integração Nacional ficou em 561.643,38 reais, e ficou estabelecido que fossem recebidos em duas parcelas de igual valor – sendo a segunda parcela aprovada somente após prestação de contas referente à primeira parcela.

Após aprovado o valor no Ministério da Integração Nacional, ficou ao cargo do COREDE repassar esse valor a ADESUL para que essa instituição usar o dinheiro a fim de desenvolver o APL da Piscicultura. Para esse dinheiro ser repassado a ADESUL eram realizadas assembléias com os municípios integrantes para aprovação do repasse do dinheiro para a ADESUL (no decorrer do APL, só foi realizada a primeira liberação – como será descrito durante o texto).

A contrapartida financeira do projeto foi planejada em 18.000 reais (3,11% do valor total).

Foram contabilizados na projeção inicial do APL 685 produtores rurais como beneficiários diretos (todos dos sete municípios integrantes do COREDE). Os beneficiários indiretos, a mão de obra familiar, foi estimada em 3500 pessoas.

O custo estimado e planejado por propriedade agrícola que faz/faria parte do APL, foi de 846,19 reais (especificadamente a construção de tanques).

A estimativa de incremento de renda por propriedade foi de 1140 reais<sup>7</sup>.

No planejamento inicial do APL, as entidades que participariam do APL seriam:

- \* EMATER/RS;
- \* Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Cachoeira do Sul;
- \* Universidade Federal de Santa Maria – UFSM;
- \* Sindicatos Rurais dos Municípios do COREDE Jacuí-Centro;
- \* Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- \* Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;
- \* Prefeituras dos municípios que compõem o COREDE Jacuí Centro;
- \* Secretarias Municipais de Agricultura;
- \* Secretarias Municipais de Educação.

O COREDE Jacuí-Centro, responsável pelo APL da piscicultura, é um dos personagens principais do arranjo técnico do arranjo. Ele é o mediador entre o Governo Federal, a ADESUL e todos os outros parceiros. As demandas legítimas dos cidadãos, cooperativas e demais representantes das comunidades para chegarem até a esfera federal precisam da legitimidade que o COREDE possui. Assim, todos se reportam ao COREDE. Os recursos vindos do Ministério da Integração Nacional, antes de repassados às instituições, são aprovados pelo COREDE em assembleia com todos os municípios envolvidos.

A ADESUL foi responsável pela elaboração do projeto. A OSCIP fez o estudo estatístico e apresentou a viabilidade do projeto em Assembleia do COREDE, sendo assim, adquirindo direito de operacionalizar o projeto.

A partir do convênio firmado com o COREDE e os municípios integrantes, ficou sob-responsabilidade da ADESUL a execução do APL, juntamente com as prefeituras. Isso significou a contratação de um técnico agrícola para assessorar os então “futuros piscicultores”.

Mas antes das visitas do técnico agrícola, foram realizados seminários com esses produtores classificados ou dispostos a entrar no projeto<sup>8</sup>. No caso de Restinga Sêca, foram feitas reuniões para que os produtores, em questão, conhecessem o APL e, caso aceitassem participar, se inscrevessem para

<sup>7</sup> Conforme dados da Agência de Desenvolvimento da Região Sul (ADESUL, 2007).

<sup>8</sup> Por não receber essa e outras informações da ADESUL, fica impossível afirmar como ocorreu esse processo para escolha ou adequação dos produtores passíveis a entrar no projeto do APL.

começar a receber o apoio técnico para construir a infraestrutura necessária para começar a produção do peixe para a piscicultura. Após isso, foram realizadas reuniões para aprendizagem sobre como produzir e como se caracterizava esse tipo de piscicultura proposta no APL. Essas reuniões aconteceram no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Restinga Sêca.

Após a adesão ao APL, o técnico contratado da ADESUL passou a visitar as propriedades cadastradas no projeto, dando suporte técnico. Enquanto isso, as prefeituras ficaram responsáveis pela construção dos tanques para receber o peixe.

No projeto original do APL da Piscicultura constam a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) como integrantes do APL, para atuarem como base e fonte de pesquisa para um melhor aproveitamento da atividade da Piscicultura no APL.

Também consta no projeto inicial do Arranjo Produtivo Local, a EMATER como entidade parceira para o desenvolvimento do projeto. Antes disso, na formulação do projeto, a ADESUL utilizou-se das pesquisas já realizadas pela EMATER sobre a Piscicultura no Estado do Rio Grande do Sul – onde foi constatado que, entre os maiores entraves a piscicultura no Estado, se achava a falta de assistência técnica. Com o andamento do projeto, a função específica da EMATER era de fornecer assistência técnica complementar e trabalho extensivo nas propriedades.

A função específica das Prefeituras, dentro do projeto, mais precisamente, as suas Secretarias de Agricultura, foi a de, assim como a EMATER, fornecer apoio técnico, político e, principal e fundamentalmente, as prefeituras teriam que ser os primeiros compradores por meio do instrumento legal das compras públicas para destinação à alimentação escolar. O fornecimento dos instrumentos para a construção dos tanques para receber os peixes também ficou a cargo das prefeituras municipais (o instrumento para a consecução do trabalho, no caso de Restinga Sêca, era uma escavadeira).

Durante as reuniões para cadastramento dos integrantes (produtores) beneficiados pelo APL, foi feita uma lista de ordem para recebimento das máquinas para construção dos tanques/açudes nas propriedades. Sendo assim, após esse cadastramento, o técnico da Secretaria de Agricultura do município levava a escavadeira até as propriedades e acompanhava a construção desses tanques.

Resumidamente essa é a descrição das atribuições desenvolvidas (ou não desenvolvidas) pelas instituições componentes deste Arranjo Produtivo Local da Piscicultura. Como conclusão, analisou-se a ação desse APL até o momento do final da pesquisa (abril de 2011).

#### **4. Conclusão**

A partir da análise do caso do município de Restinga Sêca no Arranjo Produtivo Local da Piscicultura e também a análise das instituições que participaram deste APL - investigadas aqui como objeto principal dessa pesquisa, considerando esses dois ambientes distintos - o ambiente institucional e o ambiente do pequeno agricultor – é que se detectou a grande lacuna entre essas duas realidades – e também a diferença entre o planejamento inicial do APL, o que foi colocado realmente em prática, a partir desse planejamento inicial.

O APL da Piscicultura nasceu com a intenção de dirigir-se ao pequeno agricultor familiar, em uma região do Rio Grande do Sul que, via de regra, tem um desempenho limitado e uma baixa eficiência econômica desses pequenos agricultores. Essas são características marcantes da região do Jacuí-Centro.

Considerando-se o capital cultural e social das famílias envolvidas, foi pensando um modo de mudar a difícil realidade dessas famílias. Pensou-se em formas de elevar o patamar de produção, comercialização para mudar essa realidade de atraso e baixa produtividade. Com essas características sociais e culturais, torna-se difícil imaginar uma mudança substantiva na mentabilidade dos agricultores envolvidos para ingressar nesse patamar de desenvolvimento planejado para o APL.

Mesmo assim, projetavam-se uma melhora na renda já existente desses pequenos agricultores – que o APL pudesse trazer uma melhora substantiva quanto aos rendimentos econômicos.

Aconteceram com o APL da Piscicultura os caminhos tradicionais dos particularismos dos grupos de poder. A atenção e prioridade nas ações previstas para o APL, em algumas situações foram implementadas de acordo com o grau de aproximação dos agricultores com os agentes políticos responsáveis pelo andamento do APL. Enquanto isso, os identificados como grupo de oposição ao partido situação da prefeitura de Restinga Sêca, reclamaram de falta de atenção (ou a inexistência de atenção) em suas propriedades. Esse fato já explica os problemas pelos quais o planejamento inicial do APL enfrentou na sua realização prática. A distância existente entre esse projeto inicial e a sua execução é abissal seus objetivos ficaram longe de serem concretizados.

Todas as instituições incluídas no projeto inicial deveriam ter exercido suas funções de acordo com o que foi estabelecido no planejamento do APL. Mais do que isso, o SEBRAE, importante instituição no que toca o assunto sobre Arranjos Produtivos Locais no Brasil (está envolvida em um grande número de APLs no Brasil, possuindo uma política de ação voltada para a execução de APLs, com vários APLs que obtiveram sucesso), não participou e não está nem incluída no APL da Piscicultura.

Algumas instituições vinculadas ao projeto, como as universidades UFSM e ULBRA passaram distante da realidade do projeto – o desenvolvimento, execução, prática do APL não chegou nem na etapa em que essas instituições foram planejadas para sua atuação.

Os atores fundamentais para a implementação do APL da Piscicultura seriam o COREDE e a ADESUL. A prefeitura atuou principalmente como instituição pública interessada e facilitadora para o incremento do APL (no caso de Restinga Sêca). Verificou-se uma enorme carência institucional onde o produtor não encontrou a assistência que lhe foi prometida na sua inserção no APL – o que fez com que atuasse baseando-se na improvisação para resolver os fazeres e problemas cotidianos da prática da Piscicultura.

Em termos formais, o APL da piscicultura do COREDE – Jacuí-Centro, aqui estudado, no âmbito do município de Restinga Sêca, atendia às exigências abstratas mínimas: tinha um número significativo de empreendimentos não diretamente trabalhando com piscicultura, mas em condições reais e motivacionais para ingressar na atividade. Era visível aos gestores a possibilidade de operação de uma rede de conhecimento e de conexões entre os parceiros.

Diante dos resultados tímidos do APL pode-se lembrar de que os gestores, principalmente nos níveis federal e estadual, vislumbraram as dimensões das particularidades econômicas, sociais e políticas do Brasil; de que modelos impostos de cima para baixo teriam pouquíssimas chances de êxito se descartassem a dimensão realmente “local” dos eventos. Os conceitos podiam e deveriam ser os mais genéricos, mas teriam que se aproximar do dado da realidade cotidiana, onde se inscreveriam a histórias de vida econômica do piscicultor.

Os esforços para a flexibilização de modelos e metodologias foram feitos. Foram realizados fóruns regionais e locais para a implementação do APL; exercícios de críticas às taxonomias e aos indicadores econômicos convencionais discrepantes em relação à riqueza da diversidade cultural e econômica encontrada em um país tão abundantemente diversificado. Mesmo assim, o resultado (se é que se tenha chegado a um resultado, pois o APL da Piscicultura não chegou nem na fase de finalização) não chegou nem perto do esperado (dado o tempo de pesquisa de 2010 e até a primeira metade de 2011).

Um dos principais aspectos para os péssimos resultados apresentados pelo APL, sem dúvida, foi à ausência dos que foram designados a prestar a assistência técnica “prometida” no planejamento do APL. Para trabalhar com a Piscicultura é imprescindível alcançar um nível mínimo de profissionalização ao menos, para lidar com as etapas do cultivo (a criação, a construção e a



manutenção dos açudes, a produção de peixes propriamente dita, a despesa, o controle de enfermidades aquáticas, a gestão dos recursos hídricos) e dos recursos para se inserir, nas outras etapas da cadeia produtiva do peixe (industrialização, comercialização e consumo).

O técnico da ADESUL designado para a função de auxiliar nesse ensino das técnicas da Piscicultura para o pequeno produtor – foi insuficiente, para suprir a necessidade de agregar esse conhecimento técnico ao quadro mental do agricultor, portanto, insuficiente para aumentar sua renda, principal objetivo do APL.

A ADESUL e a prefeitura (no caso de Restinga Sêca) eram as entidades responsáveis para o fornecimento de assistência técnica também, mas apesar disso teve participação quase nula.

A confiança mútua entre as instituições parceiras é mais formal do que efetiva, culminando com a saída da OSCIP ADESUL do projeto, sem a prestação de contas dos recursos recebidos na primeira etapa. Os resultados econômicos pífios obtidos retratam a desconfiança que, por sua vez, freou o desenvolvimento do projeto (ou seja, a instituição identificada como responsável pelo freio do projeto, para esta pesquisa é a OSCIP ADESUL).

O ambiente institucional do APL da piscicultura do Jacuí-Centro contribuiu para os resultados econômicos abaixo das expectativas e de forma a afetar escassamente os projetos de futuro do pequeno produtor e piscicultor. As racionalidades de todos os atores envolvidos, incluindo o pequeno piscicultor, resultaram em um quadro de ineficiência. Os fins e os meios de cada ator institucional não se coadunaram em torno de meios e fins, procedimentos e rotinas convergentes.

O APL da piscicultura mais se constituiu como parte de um jogo da política, com os atores mais ou menos dotados de recursos de poder, do que efetivamente um projeto que visava resultados econômicos. Os parceiros operaram politicamente com os instrumentos à mão, em graus maiores ou menores de controle. O pequeno piscicultor mostrou-se o elo mais fraco dessa corrente política; sequer se constituía como grupo representado com uma prática que mostrasse uma interação maior entre seus membros para pelejar com outros atores institucionais.

Na situação que envolveu o APL da Piscicultura, o Estado, contrariando a imagem criada por setores da Sociedade, ou talvez até mesmo o senso-comum (imbuído de uma lógica coercitiva dos meios midiáticos da sociedade), ou ainda, a sua imagem historicamente estabelecida pelo neoliberalismo de frear o desenvolvimento, não atrapalhou ou emperrou o desenvolvimento deste APL. Pelo contrário, foi o fator decisivo para o seu início e funcionou em todas as partes que lhe foram cabíveis no planejamento deste APL. O seu papel fundamental, planejado pelas outras instituições envolvidas, foi a do Estado, como agente financiador – através do ministério da Integração Nacional. Talvez lhe coubesse uma maior participação, principalmente como agente fiscalizador do andamento desta política – para que a taxa de sucesso do APL alcançasse índices aceitáveis.

O que pode ser verificado como conclusão, foi que os integrantes da OSCIP envolvida, visualizaram um campo de atuação para a realização de um projeto como o APL na região do Jacuí-Centro do Rio Grande do Sul (um projeto muito interessante no papel – com objetivos de melhorar a vida de pequenos agricultores) – porém não perceberam todo o processo trabalhoso que iria necessitar a execução desta política pública – para se chegar aos objetivos propostos no planejamento do APL. Logo se criou uma rede de desconfiança de todas as instituições envolvidas, e principalmente dos pequenos agricultores envolvidos; conseqüentemente o projeto foi parando, chegando ao estágio final desta pesquisa – completamente parado.

## 5. Bibliografia

AGÊNCIA SUL-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO. (2009). *Portfólio de Atuação*. São Sepé: ADESUL.

- AGÊNCIA SUL-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO, CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO, COREDE. (2007) *Implantação de Arranjo Produtivo de Piscicultura nos Municípios do COREDE Jacuí-Centro no Estado do Rio Grande do Sul*. Cachoeira do Sul: ADESUL.
- GIDDENS, Anthony. (2009). *A constituição da Sociedade*. São Paulo, SP, BR, Martins Fontes.
- GRANOVETTER, Mark. (1985) *Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness*. American Journal of Sociology. Volume 91, Nov.
- GRANOVETTER, Mark (2000). *Le marché autrement*. Paris, FR: Desclée de Brouwer.
- GRANOVETTER, Mark. (2007) *O Problema da Imersão*. Fórum – Sociologia Econômica – Ação Econômica e Estrutura Social. RAE – Eletrônica – volume 6, número 1, Artigo 5, janeiro./junho. Acessado em 9 de julho de 2013, de <http://www.fgvsp.br/institucional/biblioteca/pe/raeeletronica/SP000460366.pdf>
- GRANOVETTER, Mark. (1990). *The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda*. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. Nova York, EUA: Aldine de Gruyter.
- RAUD-MATTEDI, Cécile. (2005). *Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura de mercado em termos de redes e imbricação*. Revista Política & Sociedade, número 6. Florianópolis, SC, BR, UFSC.
- TURRI, Tainá. (2011). *Análise Sociológica das instituições componentes do Arranjo Produtivo Local da Piscicultura no município de Restinga Sêca no Estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria, RS, BR, UFSM.